



STATE GRID

BRAZIL HOLDING TRANSMISSÃO PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF nº 12.117.550/0001-74



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH T" ou "Sociedade") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidada, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2014 referente às empresas do Grupo:

1) Estrutura Societária

A SGBH-T foi constituída em 21 de junho de 2010 tendo como principal objetivo a participação societária em outras sociedades. Em 15/12/2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissão de Itumbiara Marimbondo S.A. (ETIM).

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), esta

que é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$251.000.000, dividido em 251.000.000 de quotas com valor de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

State Grid Brazil Holding S.A
International Grid Holdings Limited

Quotas

99%

1%

2) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho

de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos, prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa e títulos	5	16.607.980	15.952.759
Dividendos a receber	8	13.574.629	10.032.544
Impostos a recuperar		365.969	399.817
Outros		-	106
		30.548.578	26.385.226
Ativo não circulante			
Investimentos	6	255.038.854	250.050.491
		255.038.854	250.050.491
Total do ativo		285.587.432	276.435.717

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2014	2013
Passivo circulante			
Fornecedores terceiros		22.572	41.929
Fornecedores partes relacionadas	8	9.499	8.273
Dividendos propostos	7	7.130.585	5.211.301
Impostos e contribuições sociais		357.331	365.792
		7.519.987	5.627.295
Patrimônio líquido			
Capital social		251.000.000	251.000.000
Reserva legal		5.676.215	4.175.039
Reserva de lucros		21.391.230	15.633.383
	7	278.067.445	270.808.422
Total do passivo e do patrimônio líquido		285.587.432	276.435.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Lucro do exercício antes dos impostos	30.717.993	21.942.321
Ajustes		
Equivalência patrimonial	(28.595.535)	(21.121.144)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	33.848	(399.817)
Adiantamentos a fornecedores	106	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(18.130)	(29.276)
Tributos e contribuições sociais	(702.943)	291.622
Outros passivos	-	58.552

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

1.435.339 **742.258**

Dividendos recebidos 20.065.087 24.000.000

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento

20.065.087 **24.000.000**

Dividendos pagos (20.845.205) (27.960.000)

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento

(20.845.205) **(27.960.000)**

Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa

655.221 **(3.217.742)**

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

15.952.759 **19.170.501**

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

16.607.980 **15.952.759**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014	2013
Despesas operacionais		(203.573)	(200.273)
Pessoal e administradores		(203.573)	(200.273)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(203.573)	(200.273)
Resultado financeiro	9	2.343.399	1.408.117
Receitas financeiras		2.344.210	1.417.323
Despesas financeiras		(811)	(9.206)
Resultado da equivalência patrimonial	6	28.578.166	21.121.144
Lucro antes dos impostos		30.717.992	22.328.988
Imposto de renda e contribuição social	10	(694.481)	(386.667)
Lucro líquido do exercício		30.023.511	21.942.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Lucro do exercício	30.023.511	21.942.321
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	30.023.511	21.942.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	251.000.000	-	3.077.923	1.768.919	12.219.206	268.066.048
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.942.321	21.942.321
Constituição da reserva legal	-	-	1.097.116	-	(1.097.116)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	-	15.633.904	(15.633.904)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(5.211.301)	(5.211.301)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(1.769.440)	(12.219.206)	(13.988.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	251.000.000	-	4.175.039	15.633.383	270.808.422	270.808.422
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.023.511	30.023.511
Constituição da reserva legal	-	-	1.501.176	-	(1.501.176)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	21.391.750	(21.391.750)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(7.130.585)	(7.130.585)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(15.633.903)	-	(15.633.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	251.000.000	-	5.676.215	21.391.230	-	278.067.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

1. Informações gerais

A SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH T" ou "Sociedade"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, sala 1603, Centro, Rio de Janeiro, foi constituída em 21 de junho de 2010 tendo como principal objetivo a participação societária em outras sociedades. A Sociedade possui o controle acionário da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM" ou "Companhia") - nota explicativa 6.

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), esta que é subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2015. No exercício de 2014 algumas reclassificações não materiais foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

2.1 Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Sociedade para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4 Mensuração do valor justo

A Sociedade mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros são apresentadas nas respectivas notas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo ou na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. A Sociedade utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia definida pelo CPC 46, as quais:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

2.5 Base para consolidação

A sociedade possui participação de 100% na ETIM e detém controle sobre as atividades dessa Companhia, porém a Sociedade está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, visto que atende a todos os requisitos do item 4(a) do CPC 36(R3) Demonstrações Consolidadas:

a) A controladora é ela própria uma controlada integral de outra Sociedade, a qual, em conjunto com os demais acionistas não fazem objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora.

b) Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente.

c) A Sociedade não possui arquivamento e processo de arquivamento em andamento de suas demonstrações financeiras junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais.

d) A controladora final, a SGBH, disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração da Sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda

ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. A Administração não identificou premissas para *impairment* no exercício de 2014

3.3. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.5 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.7 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros não derivativos

O principal ativo financeiro reconhecido pela Sociedade é caixa e equivalentes de caixa, que é classificado como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e bancos são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do

ativo, ou (b) a Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Sociedade não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1. Pronunciamentos que entraram em vigor em 2014

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Essas alterações não têm impacto sobre a Sociedade.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre a Sociedade.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar *hedges* descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de *hedge* atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não têm impacto sobre a Sociedade.

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Sociedade, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. Essas alterações não têm impacto sobre a Sociedade.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012 - O IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar a curto prazo sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Sociedade.

Melhorias anuais - ciclo 2011-2013 - O IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Sociedade, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

4.2. Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Existem pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. A Sociedade está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar esses pronunciamentos quando entrarem em vigência, se aplicáveis.

Os pronunciamentos a serem analisados são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas, Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado, Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012, IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 8 - Segmentos Operacionais, IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível, IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, IAS 40 - Propriedade para Investimento, IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias, Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, Alterações à IAS 16 e a IAS 41 - Agricultura: Plantas Frutíferas e Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.

	2014	2013
Bancos	29.765	19.768
Aplicações financeiras	16.578.215	15.932.991
	16.607.980	15.952.759

A Sociedade estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Sociedade em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Investimentos

Em 15 de dezembro de 2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da ETIM por um valor total de R\$248.442.000. A ETIM é uma Companhia privada de capital fechado que iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME").

a) Informações financeiras sobre a controlada - ETIM

	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
2014	100	258.430.911	122.077.623	136.353.289	59.626.297	28.578.166
2013	100	260.108.632	128.726.337	131.382.295	57.851.137	21.121.144
b) Movimentação dos investimentos		31/12/2013	Equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/2014	
ETIM		250.050.491		28.595.535	(23.607.172)	255.038.854

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$ 251.000.000, dividido em 251.000.000 de quotas com valor de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	2014 e 2013
SGBH	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Considerando que o Contrato Social da Sociedade é omissivo em relação aos dividendos a serem distribuídos, a Administração efetuou o cálculo dos dividendos propostos para o exercício em 25% tendo como base o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	30.023.511	21.942.321
Reserva legal (5%)	(1.501.172)	(1.097.116)
Base de cálculo para os dividendos	28.522.339	20.845.205
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	7.130.585	5.211.301

Em 18 de setembro de 2013, a Administração pagou o montante de R\$ 13.988.647 de dividendos intermediários referente à reserva de lucros. Em 30 de outubro de 2014 a Administração pagou dividendos intermediários no montante de R\$ 15.633.903 referentes a reservas de lucro.

8. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 na Sociedade decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

8.1 - Ativo

	2014	2013
Dividendos a receber (nota explicativa 6)	13.574.629	10.032.544
	13.574.629	10.032.544

	2014	2013
8.2 Passivo		
Fornecedores partes relacionadas (i)	9.499	8.273
Dividendos propostos (nota explicativa 7)	7.130.585	5.211.301
	7.162.657	5.261.503
8.3 Resultado		
Despesa de aluguel (i)	(74.296)	(96.487)
	(74.296)	(96.487)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se refere a despesas de aluguel junto a SGBH.

9. Resultado financeiro

	2014	2013
Receita financeira	2.344.210	1.417.323
Receitas de aplicações financeiras	2.344.210	1.417.249
Outras	-	74
Despesa financeira	(811)	(9.206)
Outras	(811)	(9.206)
	2.343.399	1.408.117

10. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)	30.717.992	22.328.988
Alíquota nominal	(10.444.117)	(7.591.856)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	9.722.446	(6.453.198)
Outros	27.190	14.431.721
IR e CS à alíquota efetiva	(694.481)	(386.667)
	2%	2%
IR e CS correntes	(694.481)	(386.667)

11. Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2014 e 2013, a Sociedade e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis



STATE GRID

BRAZIL HOLDING TRANSMISSÃO PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF nº 12.117.550/0001-74



para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Descrição	Nota	Valor Contábil		Valor Justo	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.607.980	15.952.759	16.607.980	15.952.759
Dividendos a receber	8	<u>13.574.629</u>	<u>10.032.544</u>	<u>13.574.629</u>	<u>10.032.544</u>
		30.182.610	25.985.303	30.182.610	25.985.303
Passivo					
Fornecedores - terceiros		22.573	41.930	22.573	41.930
Fornecedores - partes relacionadas	8	9.499	8.273	9.499	8.273
Dividendos propostos	7	<u>7.130.584</u>	<u>5.211.301</u>	<u>7.130.584</u>	<u>5.211.301</u>
		7.162.656	5.261.504	7.162.656	5.261.504

11.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo		Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa		5	16.607.980	15.952.759
Dividendos		8	13.574.629	10.032.544
Passivos mensurados pelo custo amortizado		Nota	2014	2013
Fornecedores - terceiros			22.573	41.930
Fornecedores - partes relacionadas		8	9.499	8.273
Dividendos propostos		7	7.130.584	5.211.301

11.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge*

contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Sociedade, que periodicamente avalia a exposição da Sociedade e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

12. Gestão do capital

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

HONGXIAN CAI

Diretor Presidente

ALDREA GIORGIA WERNECK

Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
SGBH Transmissão Participações Ltda.

Rio de Janeiro - RJ.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SGBH Transmissão Participações Ltda. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SGBH Transmissão Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.-
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Walter Garcia Neumayer

Contador CRC - 1RJ 091.659/O-0.